



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 1ª Sessão legislativa

ATA NÚMERO VINTE E DOIS

Aos três dias do mês de junho de 2020, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território**, por videoconferência e na sala dois do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da **Ata n.º 21**

2. Projetos de Resolução

Fixação da redação final

PJR 120/XIV-PCP - *Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do Rio Tejo*

PJR 167/XIV-BE - *Recomenda ao Governo que promova medidas de garantia de caudais verdadeiramente ecológicos no rio Tejo com informação regular às populações*

PJR 187/XIV-PAN - *Recomenda ao Governo a renegociação dos caudais e das situações de exceção constantes na Convenção de Albufeira*

PJR 266/XIV-PEV - *Revisão da Convenção de Albufeira para salvaguarda de recursos hídricos fundamentais ao país*

PJR 271/XIV-PSD - *Recomenda ao Governo que promova a revisão da Convenção de Albufeira, apresente os resultados da análise da adequabilidade da rede de monitorização hidrometeorológica atualmente existente e que torne públicos os resultados do acompanhamento da execução dos planos no quadro de planeamento hidrológico 2016-2021, assim como os pressupostos estratégicos que definirão o aprofundamento significativo da cooperação bilateral para o ciclo de planeamento 2021-2027*

Discussão

a) **PJR 129/XIV/1 (PEV)** - *Pelo fim da pesquisa e exploração de hidrocarbonetos na área denominada da Batalha e Pombal*

PJR 221/XIV/1 (BE) - *Pelo cancelamento dos contratos de prospeção e produção de hidrocarbonetos*

b) **PJR 261/XIV/1 (BE)** - *Recomenda o controle rigoroso dos **aterros** e medidas tendentes à garantia da redução drástica de resíduos canalizados para aterro em Portugal*

PJR 288/XIV/1 (PAN) - *Recomenda ao Governo a redução da deposição de resíduos em **aterro** e o encerramento de todos os aterros que não cumpram os requisitos de exploração*

PJR 305/XIV/1 (PEV) - *Privilegiar a política dos 3 «R» em detrimento das soluções de fim de linha*

PJR 319/XIV/1 (PCP) - *Reforço da Informação, Inspeção e Monitorização das Atividades de Gestão de Resíduos e condicionamento da deposição de resíduos em **aterro**.*

PJR 431/XIV/1 (PS) - *Recomenda ao Governo que assegure a qualidade de serviço dos **aterros** em Portugal*

PJR 463/XIV/1 (PSD) - *Recomenda ao Governo que promova uma ampla avaliação aos sistemas de gestão de resíduos urbanos em todo o país, com vista a corrigir as inconformidades que comprometem e poderão comprometer a eficiência do setor e a qualidade de vida das populações*

PJR 496/XIV/1 (NInsc) - *Plano de Ação para a Redução Drástica de Resíduos*

c) **PJR 264/XIV/1 (BE)** - *Recomenda a modernização da rede de monitorização da qualidade do ar*

PJR 287/XIV/1 (PAN) - *Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ar a nível nacional*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 1ª Sessão legislativa

PJR 320/XIV/1 (PCP) - Reforço da Informação, Monitorização e Caracterização da Qualidade do Ar Ambiente em Portugal

PJR 410/XIV/1 (PSD) - Recomenda ao Governo a revisão e modernização da rede de estações e subestações de monitorização da qualidade do ar em Portugal e a elaboração e implementação dos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar previstos na Estratégia Nacional para a Qualidade do Ar, bem como a elaboração de um Plano Anual de mitigação dos impactos causados pela poluição atmosférica com vista a garantir a melhoria da qualidade do ar em todo o território nacional

PJR 474/XIV/1 (PS) - Recomenda ao Governo que promova a melhoria da qualidade do ar em Portugal

PJR 498/XIV/1 (NInsc) - Plano urgente de ação para a qualidade do ar

- d) **PJR 436/XIV/1 (PS)** - Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do Rio Tejo
PJR 451/XIV/1 (CDS-PP) - Recomenda ao Governo medidas para defesa da sustentabilidade do rio Tejo e dê cumprimento à Resolução da AR 63/2019
- e) **PJR 437/XIV/1 (PS)** - Recomenda ao Governo que condicione a emissão de licença de exploração das novas centrais de biomassa ao cumprimento de rigorosos padrões ambientais e de sustentabilidade
- f) **PJR 439/XIV/1 (BE)** - Incentivo aos modos ativos de transporte durante e após o período de pandemia para a proteção do ambiente e do espaço público
PJR 448/XIV/1 (PAN) - Recomenda ao Governo que promova os meios ativos de transporte, durante e após a crise da Covid-19
PJR 452/XIV/1 (PEV) - Garantia de aumento da oferta de transportes públicos, em época de desconfinamento, e aceleração da concretização da estratégia nacional para a utilização da bicicleta
PJR 476/XIV/1 (NInsc) - Recomenda ao Governo o aumento da oferta de transportes públicos e implementação de Plano Urgente de Estímulo à Mobilidade Ativa
PJR 499/XIV/1 (PSD) - Recomenda ao governo o incentivo ao planeamento da mobilidade e urbanismo, durante e no pós-covid, para a resiliência das vilas e cidades portuguesas
- g) **PJR 467/XIV/1 (BE)** - Apoio às Organizações Não Governamentais de cariz ambiental no âmbito da crise COVID-19
- h) **PJR 470/XIV/1 (BE)** - Recomenda a avaliação e definição de medidas de proteção ambiental, segurança pública e ordenamento do território na instalação e gestão de campos de tiro

Baixa em conexão

PJR 429/XIV/1 (PEV) - Informação aos cidadãos sobre as melhores práticas de utilização corrente de material de proteção individual, como máscaras, viseiras ou luvas, e incentivo à opção por material reutilizável (Competente 9.ª Comissão)

3. Outros assuntos

- Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Paulo Leitão (PSD); Luís Graça (PS); Alexandre Quintanilha (PS); Ana Passos (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); Joaquim Barreto (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Ricardo Pinheiro (PS); Hugo Daniel Carvalho (PSD); Hugo Pires (PS); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); João Gonçalves Pereira (CDS/PP); André Silva (PAN); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (NInsc)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 1ª Sessão legislativa

- Faltas:

André Pinotes Batista (PS);

- Suplentes:

Ana Maria Silva (PS); Fernando Paulo Ferreira (PS); João Miguel Nicolau (PS); Miguel Matos (PS); António Lima Costa (PSD); Filipa Roseta (PSD); João Gomes Marques (PSD);

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11_CAEOT/CAEOT_20200603_VC.mp3 pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Presidente da Comissão, Senhor **Deputado José Maria Cardoso**, abriu a reunião, saudando os membros presentes, em sala e em videoconferência, e forneceu algumas informações introdutórias de cariz técnico sobre o desenrolar da sessão. Dando de imediato início aos trabalhos, foi concedida a palavra aos Senhores **Deputado André Silva** (PAN), **Deputada Alma Rivera** (PCP), **Deputado Bruno Coimbra** (PSD) e **Deputado Ricardo Pinheiro** (PS), a propósito da alteração da ordem dos trabalhos e adiamento de pontos fixados para esta reunião.

Seguidamente, foi submetida a apreciação e votação a **ata n.º 21**, que foi **aprovada por unanimidade**.

A fixação da **redação final** proposta pelos serviços para o **PJR 120/XIV-PCP** - *Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do Rio Tejo*; **PJR 167/XIV-BE** - *Recomenda ao Governo que promova medidas de garantia de caudais verdadeiramente ecológicos no rio Tejo com informação regular às populações*; **PJR 187/XIV-PAN** - *Recomenda ao Governo a renegociação dos caudais e das situações de exceção constantes na Convenção de Albufeira*; **PJR 266/XIV-PEV** - *Revisão da Convenção de Albufeira para salvaguarda de recursos hídricos fundamentais ao país*; **PJR 271/XIV-PSD** - *Recomenda ao Governo que promova a revisão da Convenção de Albufeira, apresente os resultados da análise da adequabilidade da rede de monitorização hidrometeorológica atualmente existente e que torne públicos os resultados do acompanhamento da execução dos planos no quadro de planeamento hidrológico 2016-2021, assim como os pressupostos estratégicos que definirão o aprofundamento significativo da cooperação bilateral para o ciclo de planeamento 2021-2027* foi **aprovada sem votos contra**, tendo manifestado a respetiva concordância os Senhores **Deputados Alma Rivera** (PCP), **Nelson Peralta** (BE) (que mencionou a posição expressa no debate em plenário e declaração de voto), **André Silva** (PAN), **Mariana Silva** (PEV) e **Bruno Coimbra** (PSD).

A discussão dos **PJR 129/XIV/1 (PEV)** - *Pelo fim da pesquisa e exploração de hidrocarbonetos na área denominada da Batalha e Pombal* e **PJR 221/XIV/1 (BE)** - *Pelo cancelamento dos contratos de prospeção e produção de hidrocarbonetos* foi **adiada a pedido do Grupo Parlamentar do PSD**.

Os **PJR 261/XIV/1 (BE)** - *Recomenda o controle rigoroso dos aterros e medidas tendentes à garantia da redução drástica de resíduos canalizados para aterro em*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 1ª Sessão legislativa

Portugal, **PJR 288/XIV/1 (PAN)** - Recomenda ao Governo a redução da deposição de resíduos em aterro e o encerramento de todos os aterros que não cumpram os requisitos de exploração, **PJR 305/XIV/1 (PEV)** - Privilegiar a política dos 3 «R» em detrimento das soluções de fim de linha; **PJR 319/XIV/1 (PCP)** - Reforço da Informação, Inspeção e Monitorização das Atividades de Gestão de Resíduos e condicionamento da deposição de resíduos em aterro; **PJR 431/XIV/1(PS)** - Recomenda ao Governo que assegure a qualidade de serviço dos **aterros** em Portugal; **PJR 463/XIV/1 (PSD)** - Recomenda ao Governo que promova uma ampla avaliação aos sistemas de gestão de resíduos urbanos em todo o país, com vista a corrigir as inconformidades que comprometem e poderão comprometer a eficiência do setor e a qualidade de vida das populações e **PJR 496/XIV/1 (NInsc)** - Plano de Ação para a Redução Drástica de Resíduos foram discutidos conforme informação constante em anexo desta ata.

Os **PJR 264/XIV/1 (BE)** - Recomenda a modernização da rede de monitorização da qualidade do ar; **PJR 287/XIV/1 (PAN)** - Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ar a nível nacional; **PJR 320/XIV/1 (PCP)** - Reforço da Informação, Monitorização e Caracterização da Qualidade do Ar Ambiente em Portugal; **PJR 410/XIV/1 (PSD)** - Recomenda ao Governo a revisão e modernização da rede de estações e subestações de monitorização da qualidade do ar em Portugal e a elaboração e implementação dos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar previstos na Estratégia Nacional para a Qualidade do Ar, bem como a elaboração de um Plano Anual de mitigação dos impactos causados pela poluição atmosférica com vista a garantir a melhoria da qualidade do ar em todo o território nacional; **PJR 474/XIV/1 (PS)** - Recomenda ao Governo que promova a melhoria da qualidade do ar em Portugal e **PJR 498/XIV/1 (NInsc)** - Plano urgente de ação para a qualidade do ar foram discutidos conforme informação constante em anexo desta ata.

Os **PJR 436/XIV71 (PS)** - Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do Rio Tejo e **PJR 451/XIV/1 (CDS-PP)** - Recomenda ao Governo medidas para defesa da sustentabilidade do rio Tejo e dê cumprimento à Resolução da AR 63/2019 foram discutidos conforme informação constante em anexo desta ata.

A apreciação do **PJR 437/XIV/1 (PS)** - Recomenda ao Governo que condicione a emissão de licença de exploração das novas centrais de biomassa ao cumprimento de rigorosos padrões ambientais e de sustentabilidade **foi adiada a pedido do Grupo Parlamentar do PCP.**

A apreciação dos **PJR 439/XIV/1 (BE)** - Incentivo aos modos ativos de transporte durante e após o período de pandemia para a proteção do ambiente e do espaço público; **PJR 448/XIV/1 (PAN)** - Recomenda ao Governo que promova os meios ativos de transporte, durante e após a crise da Covid-19; **PJR 452/XIV/1 (PEV)** - Garantia de aumento da oferta de transportes públicos, em época de desconfinamento, e aceleração da concretização da estratégia nacional para a utilização da bicicleta; **PJR 476/XIV/1/ (NInsc)** - Recomenda ao Governo o aumento da oferta de transportes públicos e implementação de Plano Urgente de Estímulo à Mobilidade Ativa e **PJR 499/XIV/1 (PSD)** - Recomenda ao governo o incentivo ao planeamento da mobilidade e urbanismo, durante e no pós-covid, para a resiliência das vilas e cidades portuguesas **foi adiada a pedido do Grupo Parlamentar do PS.**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 1ª Sessão legislativa

A apreciação do **PJR 467/XIV/1 (BE)** - Apoio às Organizações Não Governamentais de cariz ambiental no âmbito da crise COVID-19 foi adiado a pedido do Grupo Parlamentar do PSD.

A apreciação do **PJR 470/XIV/1 (BE)** - Recomenda a avaliação e definição de medidas de proteção ambiental, segurança pública e ordenamento do território na instalação e gestão de campos de tiro foi adiada a pedido do Grupo Parlamentar do PAN.

Passados a rubrica "**Outros Assuntos**", o Senhor Presidente da Comissão informou ter sido recebido pedido de audiência da Associação Jornada Principal sobre o aterro de Valongo endereçado ao Presidente da República e colocou à consideração possibilidade da sua admissão por ser um tema que tem sido objeto de debate nesta comissão. O Senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)** concordou com a sua admissibilidade, considerando que esta associação esteve sempre visada como parte neste processo. Estando a comissão a dedicar atenção aprofundada a este assunto, considera que a associação devia ser ouvida em Comissão, em vez de GT. Da mesma forma, o Senhor Deputado Ricardo Pinheiro (PS) foi de opinião que a associação deveria ser ouvida, atendida a fase em que este processo está, também manifestaram concordância com a concessão da audiência pela Comissão os Senhores Deputados Nelson Peralta (BE), Alma Rivera (PCP) e Mariana Silva (PEV), pelo que a mesma foi admitida e determinado que fosse diligenciada a sua realização com celeridade.

O Senhor Presidente da Comissão deu nota da agenda da próxima reunião (regimental e SEOTCN) transmitindo que a o Ministro do Ambiente e da Ação Climática confirmou realização da audição regimental no próximo dia 9 de junho a partir das 16H30, antecedida de audição do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, Florestas e do Ordenamento do Território sobre incumprimento da Diretiva Habitats (15H00). Adiantou que não foi confirmada disponibilidade para essa data relativamente às audições sobre amianto (MEF e MAAC) e Prédio Coutinho, pedidas para o mesmo dia, atendendo a que haverá Conselho de Ministros. O Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) e a Senhora deputada Alma rivera (PCP) sublinharam a importância do MAAC e MEF virem a esta comissão sobre o amianto, com a máxima urgência.

Relativamente ao reagendamento de **audições adiadas** por motivo do estado de emergência e outras audições entretanto requeridas, o Senhor Presidente propôs que, a partir de julho, fazer 2 reuniões semanais (3.ª e 4.ª feira) a fim de ser possível dar seguimento a todas as matérias pendentes.

Apresentou uma proposta de calendarização sobre a qual interveio o Senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)**, que deu assentimento à proposta apresentada e reiterou a absoluta prioridade da audição sobre amianto. Propôs que a audiência recém-aprovada da Associação Jornada Principal tivesse lugar no dia 9 de junho, pelas 14H00, precedendo a audição do SEOTCN e regimental. Interveio também, sobre o mesmo assunto, a Senhora **Deputada Alma Rivera (PCP)** referindo a preocupação de evitar concentração de requerimentos nas audições ministeriais, mas afirmando que, no cenário atual, não se irá opor ao calendário apresentado. Transmitiu ainda que a Comissão deve exigir que o membro do Governo da área venha mais vezes à Comissão, e que esta deve ser mais incisiva na prioridade da audição do amianto.



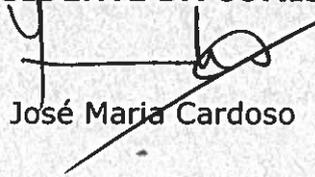
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura - 1ª Sessão legislativa

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada por concluída a audição pelas treze horas e cinco minutos, dela se lavrando a presente ata.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



José Maria Cardoso

IG